



## No Tocantins, privatização não melhora condições das prisões

**Dois presídios do estado são comandados por empresa privada desde 2012. Dados revelam superlotação e outros problemas estruturais nas unidades.**



Casa de Prisão Provisória de Palmas é administrada pela Umanizzare (Foto: Jesana de Jesus/G1)

Administradas por uma empresa privada há quatro anos, a Casa de Prisão Provisória (CPP) de Palmas e a Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota em Araguaína estão longe de ser referências no Tocantins. Elas apresentam superlotações e problemas estruturais e, no ano passado, chegaram a ter intervenções judiciais por causa de falhas no sistema de segurança e problemas de falta de abastecimento de água.

As prisões são administradas pela empresa Umanizzare, a mesma responsável por seis presídios no Amazonas, dentre

eles o Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, onde 56 presos foram mortos após uma rebelião entre domingo (1) e segunda-feira (2). O G1 entrou em contato com a Umanizzare via telefone e e-mail, mas não recebeu resposta. A secretária estadual de Cidadania e Justiça do Tocantins, Gleyde Braga, diz que o modelo de gestão deve “passar por reformas”.

No Tocantins, o contrato do governo com a Umanizzare foi firmado em dezembro de 2011 após a empresa vencer a licitação, que tinha outras duas concorrentes. A Umanizzare foi a única que apresentou todos os documentos pedidos.

No primeiro ano de atuação no estado, em 2012, a Umanizzare recebeu mais de R\$ 21,6 milhões. No ano passado, o valor ultrapassou os R\$ 41 milhões. O montante recebido nestes cinco anos é de mais de R\$ 163 milhões, conforme levantamento feito pela TV Anhanguera e dados repassados pela Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça.

“Hoje tanto a gestão privada quanto a pública no Brasil apresentam problemas que precisam ser pauta constante do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Temos uma população carcerária que vem aumentando, mas acredito que este ano este modelo de

gestão vai passar por reformas. A pauta está em Brasília para discussão maior no sentido de repensar se este modelo de terceirização dos presídios é efetivo”, diz a secretária de Cidadania e Justiça, Gleyde Braga.

Parentes de presos dizem que não veem o dinheiro ser aplicado em melhorias nas unidades. “Quando meu marido chegou na CPP tinham 15 pessoas numa cela e ele dormiu no chão por um tempo. A água nos banheiros é muitas vezes armazenada em baldes. A comida é horrível. Ano passado, ele passou mal ao beber leite e precisou de atendimento”, afirmou uma mulher, que preferiu não ter a identidade revelada.

A população carcerária do estado é de 3.578 presos distribuídos nas 41 unidades prisionais. Mas a capacidade das prisões é muito menor, 2.008 vagas. Somente as duas unidades, a CPP e a de Tratamento Penal Barra da Grota em Araguaína, são administradas por empresa privada.

A CPP de Palmas é a unidade que possui a maior quantidade de detentos, 639, sendo que a capacidade é de 260. Em Araguaína há 460 presos, mas deveriam ter apenas 438 nas celas.

### **Superlotação**

A superlotação é realidade na maioria dos presídios também administrados pelo estado. No presídio de Cariri do Tocantins há 418 presos, sendo que a capacidade é de 280. Em Paraíso do Tocantins, tem 229 presos, mas a capacidade é de 52.

Um policial civil que trabalhou por cerca de 20 anos na CPP afirma que a situação nos presídios é tensa.

“Tem quase 700 presos em Palmas. No plantão ficam um ou dois policiais e cinco ou seis agentes administrativos que são pessoas contratadas como assistentes administrativos e que o estado faz vista grossa quando eles pegam em armas e que às vezes dão tiros e ferem alguém lá dentro. Se o Estado contratasse gente para fazer iria economizar a metade do dinheiro que está pagando para eles [Umanizzare].”

A contratação de profissionais é uma das maiores bandeiras da Associação dos Policiais Civis do Tocantins. O presidente Paulinho Sousa argumenta que há 400 agentes cedidos para os presídios, sendo que nas delegacias

há 700. Ele diz que uma solução é dar posse aos aprovados no concurso da Defesa Social, que vão trabalhar nos presídios.

“O que queremos é que o Estado dê posse aos aprovados no concurso para que eles também fortaleçam o sistema e para que os policiais que estão cedidos há cerca de seis anos voltem a assumir suas funções nas delegacias”.

Para ele, o serviço na CPP e no Barra da Grota não deveria ser comandado por uma empresa privada. “Não justifica gastar milhões de reais sendo que as coisas não estão melhorando. Os motins são quase diários. São constantes também as mortes nas unidades. E elas estão relacionadas com as facções que estão infiltradas nos presídios do estado. Nós já alertamos sobre esses grupos”, comentou.

Dados da Secretaria de Cidadania e Justiça apontam que em 2015 foram registradas cinco mortes. No ano seguinte, foram 11. A maioria dos presos foi vítima de assassinato.

### **No comando há cinco anos**

O pregão para a escolha da empresa que administraria os dois presídios do Tocantins foi feito em 2011, sendo que três empresas participaram. Duas delas foram desclassificadas porque não apresentaram todos os documentos necessários. A Umanizzare foi a vencedora.

Sargento Aragão, então deputado estadual, lembra que em 2012, assim que a Umanizzare foi contratada, solicitou ao Ministério Público investigações sobre a empresa. “Lembro que quando ela venceu a licitação tinha apenas 82 dias de constituída. O capital social era de R\$ 500 mil. Com esse patrimônio, como ela poderia ganhar uma licitação de R\$ 25 milhões? Ela não poderia nem ter participado”, argumentou em entrevista ao G1 nesta quinta-feira (4).

O relatório do MPE foi entregue ao ex-deputado no ano passado. No documento, entregue por Sargento Aragão ao G1, a promotoria argumenta que o capital e o período de implantação da empresa não eram impedimentos para que ela atuasse no estado.

Mas nos últimos anos, a empresa foi alvo de processos judiciais. Em outubro do ano passado, a pedido do MPE, a Justiça

determinou a interdição imediata do pavilhão B do Presídio Barra da Grotta. A decisão judicial foi dada em virtude de falha no sistema de segurança no local, ocasionada pelo desgaste da tela de proteção na área destinada ao banho de sol.

Fonte: G1

### **Fala CNTV**

A especialização, principal mantra do capital para justificar a terceirização, nunca colou nos serviços de segurança privada, uma vez que na maioria das vezes as empresas só fazem intermediação de mão de obra, vende gente ou joga profissionais de segurança privada na arena da morte. Para quem imaginava que os mesmos empresários do setor de segurança privada fariam alguma coisa mais séria e responsável na gestão de presídios, as quase 100 mortes de Manaus e Boa Vista, além do quadro dantesco das cadeias em todo o país, estão a mostrar que a irresponsabilidade e a sede de lucro fácil desses empresários, mesmo à custa da vida de tanta gente, não tem limite.

Se o mercado de segurança privada é

o mercado da carne humana, da vida de trabalhadores humildes, o mesmo se dá com a gestão de cadeias e com os mesmos atores nos dois setores (Lélio da Coral, Luiz Gastão, César Marques e tantos outros), ambos dirigentes e lideranças sindicais patronais (sindicatos locais e Fenavist – Federação das Empresas de Segurança Privada).

Esses fatos vêm num momento em que chega ao Senado o PL 4238/2012, já aprovado na Câmara, prevendo a inserção e legalização da gestão de presídios no bojo das atividades de segurança privada e da fiscalização da Polícia Federal, merecendo uma discussão mais qualificada.

É por essas e outras que a CNTV comemora alguns avanços contidos no PL, mas vê com muita preocupação temas como estes, sem a delimitação e melhor clareza no tocante a itens como qualificação técnica, responsabilidade e papel da administração pública e da iniciativa privada.

Terceirização irresponsável e segurança privada inconsequente matam.

**José Boaventura**  
**Presidente da CNTV**

Fonte: CNTV

# **Paralisações no RN contra o atraso de salário**

A direção do Sindsecur-RN notificou o secretário estadual de Saúde, George Antunes, e o representante da Interfort, Luiz Rech, que vai começar a paralisar os postos de vigilância dos hospitais por tempo indeterminado caso não seja quitado o pagamento referente ao mês de dezembro de 2016.

O jogo de interesses entre a Sesap (Secretaria da Saúde do RN) e a empresa contratada para prestar serviços de segurança privada só prejudica o vigilante que está no posto de serviço sofrendo as consequências do atraso de pagamento. Diante das declarações da Interfort, que não tem como pagar o devido salário por que não recebeu repasses da Sesap, o SINDSEGUR protocolou ação judicial no Tribunal Regional do Trabalho. O processo número 0001727-02.2016.5.21.0041, distribuído para a 11ª Vara do Trabalho, tem o objetivo de fazer valer o pagamento em dia dos salários dos vigilantes que

trabalham nos postos da Sesap.

A empresa não pode transferir ao trabalhador os riscos da atividade econômica, como prevê o artigo 2º da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Por isso, a empresa indo bem ou mal, mesmo assim o salário deve ser pago em dia.

Além de encaminhar ações jurídicas o SINDSEGUR chama a atenção da categoria para participar das atividades de luta convocadas pelo sindicato.

Na próxima segunda-feira (16), às 8h, todos no ato público em frente à Sesap!

“Vamos começar a paralisar os postos de serviços dos hospitais até que o governo do Estado e a Interfort paguem os salários devidamente em dia. Vamos à luta sem medo, pois quem está irregular é a empresa que não paga o trabalhador”, afirmou Bené.

Fonte: Sindsecur-RN

# Empresa de valores desativa base em Ribeirão 6 meses após mega-assalto

**Novo prédio foi erguido na zona leste e tem muros com 10 metros de altura. Quadrilha fortemente armada roubou R\$ 51,2 milhões da Prosegur em julho.**



Nova sede da Prosegur em Ribeirão Preto foi instalada no Parque Industrial Lagoinha (Foto: Fábio Júnior/EPTV)

A empresa de transporte de valores Prosegur confirmou nesta terça-feira (10) que desativou a unidade que foi alvo de um mega-assalto, no bairro Campos Elíseos, em Ribeirão Preto (SP). A base foi transferida para o Parque Industrial Lagoinha, na zona leste da cidade.

A mudança chegou a ser reivindicada pelos vizinhos, que relatavam se sentir inseguros após o ataque na madrugada de 5 de julho do ano passado, quando uma quadrilha fortemente armada explodiu o prédio da empresa e fugiu levando R\$ 51,2 milhões.

Seis suspeitos do crime foram presos e outros dois continuam foragidos. A Polícia Civil também recuperou R\$ 194 mil que haviam sido roubados, além de duas metralhadoras ponto 50 e 20 fuzis usados na ação, que deixou a empresa destruída.

Logo após o assalto, a Prosegur chegou a informar que a unidade seria desativada e demolida, mas realizou uma reforma e continuou atuando no local, na Avenida Saudade, por mais seis meses, sendo alvo de críticas por parte dos moradores.

A Polícia Civil questionou a segurança do local. O diretor do Departamento de Polícia Judiciária

do Interior (Deinter 3), João Osinski Junior, chegou a criticar o fato de apenas um homem fazer a vigilância no momento do mega-assalto.

Osinski Junior afirmou ainda que causou estranheza à polícia o fato de a Prosegur posicionar alguns de seus carros-fortes em frente ao prédio, na tentativa de barrar a ação de ladrões que pudessem utilizar caminhões ou retroescavadeiras para derrubar as paredes.

## **Novo prédio**

A nova sede da Prosegur tem muros com quase 10 metros de altura e um portão nas mesmas dimensões, que dá acesso à garagem dos caminhões de transporte de valores. Câmeras de segurança e uma guarita à prova de balas reforçam a segurança do prédio.

Em nota, a empresa informou que a “nova base recebeu fortes investimentos em tecnologia e infraestrutura de ponta, que a tornam ainda mais eficiente e segura, inclusive com uso de tecnologias que invalidam o dinheiro ou impossibilitam a chegada ao mesmo.”

Por segurança, a Prosegur não permite o registro de imagens dentro da nova unidade. A empresa

comunicou apenas que o prédio na Avenida Saudade já foi desativado.

“A companhia ainda informa que segue colaborando com as autoridades estaduais e federais para que todos possam trabalhar de forma conjunta, com ações preventivas e repressivas para conter ataques de alta magnitude, como os que sofremos nos últimos meses”, diz a nota.

### **O mega-assalto**

A ação, na madrugada de 5 de julho, durou cerca de uma hora. A quadrilha bloqueou as ruas de acesso à Avenida Saudade usando veículos e espalhou pregos pelas vias para dificultar a aproximação da Polícia Militar.

Em seguida, o grupo atirou contra um transformador de energia, deixando 2,2 mil imóveis e as ruas do bairro Campos Elíseos no escuro. Vizinhos da empresa ficaram no meio do fogo cruzado e alguns conseguiram filmar a ação.

Ao todo, 15 veículos foram usados no assalto, sendo que três foram queimados e outros sete abandonados em um canal. Na Rodovia

Anhanguera (SP-330), um policial rodoviário foi morto com um tiro na cabeça, durante a fuga da quadrilha.

Um morador de rua de 38 anos que teria sido usado como escudo pelos suspeitos também morreu queimado após o assalto. O homem estava próximo a um dos veículos que foi incendiado pelo grupo.

O diretor do Deinter-3, João Osinski Junior, disse que o grupo estava preparado para enfrentar um batalhão. Segundo o delegado, mais de mil tiros de fuzil foram disparados em 40 minutos contra os policiais.

Os dois primeiros suspeitos foram presos em um resort em Rio Quente (GO), em 15 de julho. Outro homem foi preso no mesmo dia, em Ribeirão. As investigações identificaram mais dois suspeitos, dos quais um foi preso e o outro segue foragido. Em 16 de agosto, mais dois foram presos em São Paulo e Atibaia (SP).

Fonte: G1



Os suspeitos atiraram contra dois transformadores de energia na Rua Basílio Gama, o que deixou 2.245 imóveis sem eletricidade, segundo a CPFL Paulista (Foto: Paulo Souza/EPTV)

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF